



ESCOLA PÚBLICA E AS POLÍTICAS ECONÔMICAS: DILEMAS EM TORNO DAS FINALIDADES E OBJETIVOS

¹Luciana da Silva Martins

²Márcia Amélia Guimarães

³Wanderson Pereira Lima

GT2 – Trabalho, Educação e políticas Educacionais

Resumo

O presente estudo tem como objetivo promover uma reflexão sobre os dilemas e objetivos da escola pública ressaltando sua função na formação cultural e científica e seus propósitos no atendimento de alunos populares, contrapondo ao ideais promovidos pela políticas internacionais de economia. Faz-se um recorte a partir do texto “*O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres*” de Libâneo. Este é resultado de uma pesquisa bibliográfica, utilizando como procedimento a análise de conteúdo em uma literatura especializada na temática abordada, tendo como base de argumentos o documento elaborado a partir da Conferência de Jomtien 1990. E como base para a análise a visão crítica-dialética, fundamentada na perspectiva de Saviani e Libâneo. O texto divide-se em um breve levantamento histórico da dualidade da escola pública, embutida nas políticas educacionais, enfatiza uma discussão sobre o atendimento da própria para o alunado menos favorecido economicamente, e traz em comento as contribuições da teoria crítica-dialética para discutir sobre a função social da escola, e o papel que os professores tem desenvolvido nestas propostas. A conclusão ressalta sobre possibilidades sugeridas pelos autores em construir uma escola dialética, que acolha, que inclua, entretanto que também cumpra seu papel de ensinar conceitos científicos, numa visão de que a maior função da escola é promover o desenvolvimento integral do ser humano. E para que a escola realize tal função não deva a mesma amenizar, diminuir ou reestruturar-se em conteúdos mínimos, para os alunos pobres. Mas deve-se criar políticas que favoreçam a todos condições de aprender o máximo, diminuindo assim a distância e dicotomia entre acolhimento e conhecimento.

Palavras-chave: 1-Escola pública.2-Dualismo da escola.3-Finalidades da escola. 4-Função social da escola.

¹ Luciana da Silva Martins é mestrandona em Educação, Linha Teorias e Processos Pedagógicos pela PUC- GO, é participante do Grupo de Pesquisa da Capes Pensamento EducacionalBrasileiro-plucianamartins@hotmail.com

² Marcia Amélia Guimarães é mestrandona em Educação, Linha Teorias e Processos Pedagógicos pela PUC-GO - marciaaguima@yahoo.com.br

³ Wanderson Pereira Lima é mestrando em Educação pela UFG.- wplima9@gmail.com



Introdução

O interesse em discorrer sobre o tema em comento surgiu a partir de estudos em sala de aula, motivados por debates e reflexões sobre a função educativa que a escola pública tem exercido no decorrer dos tempos e qual sua contextualização em atender os alunos de classe populares. Muitos são os autores nas diversas perspectivas teóricas que retratam o papel que a escola pública vem desenvolvendo no decorrer da história brasileira. Fazer uma análise em torno das finalidades e objetivos da escola pública partindo do pressuposto que a escola pública é/ou deveria ser de todos e para todos, analisando as políticas educacionais vigentes e entendendo o movimento histórico e social que a mesma representa, é um exercício necessário para a nossa formação docente.

A escola representa um processo carregado de dualidades, que persistem eludindo a desigualdade social. Libâneo (2012) ressalta que nos padrões atuais, na educação ainda há muitas contradições mal resolvidas entre quantidade e qualidade em relação ao processo ensino-aprendizagem na escola. O mesmo refere-se ao dualismo existente e se posiciona retratando que o declínio da escola pública na atualidade é motivada pelos programas econômicos associados à educação.

A proposta deste estudo é fazer um recorte partindo dos pressupostos do documento efetivado da Conferência de Jomtien (1990), tendo como principal referencial teórico o texto de José Carlos Libâneo “*O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres*” (LIBÂNEO, 2012). Motivada por refletir sobre qual função a escola pública tem exercido e qual papel os professores tem desempenhado nessas propostas. Atenta para uma reflexão quanto a promoção da escola em relação a um conhecimento sistematizado e científico que atenda as diferentes classes sociais, sem, entretanto, ressaltar um dualismo que fortalecesse as diferenças sociais. Finaliza-se este numa análise e propostas a partir de uma visão dialética crítica, respaldada por Saviani e Libâneo, que aferem a uma função da escola em promover um desenvolvimento integral do aluno.



A escola pública igual a todos, num contexto desigual

Segundo Libâneo (2012), a escola pública atual foi selada pelo declínio a partir de políticas educacionais elaboradas a partir da Declaração de Jomtien. A essa premissa, não em termos de ideais, mas, sobretudo, em ações pedagógicas e políticas educacionais agregadas pelo Banco Mundial nos últimos anos. Libâneo chama-nos atenção para as divergências existentes entre a ação pedagógica numa perspectiva de formação cultural e científica, com ações movidas pelas políticas atuais promovidas pelo Ministério da Educação.

Segundo Saviani (2013), a escola nos termos atuais tem promovido a inclusão excludente, na qual a estratégia consiste em incluir estudantes no sistema escolar, sem conferir aos mesmos os padrões de qualidade exigidos para que tenham ingresso no mercado de trabalho. Libâneo ressalta ainda que por compreender que “não há justiça social sem conhecimento; não há cidadania se os alunos não aprenderem” (LIBÂNEO 2012, p.26) entendendo que ressaltando a dualidade, a escola não cumpre sua função de educar.

Entretanto, se voltarmos um pouco no contexto histórico, percebemos que a escola sempre promoveu um dualismo, sempre atendeu a classes sociais diferentes, e com propósitos divergentes. Conforme é aferido por PETITAT,(1994):

O ideal de igualdade de oportunidades numa sociedade desigual começa a afirmar-se por ocasião da desintegração da sociedade feudal. Ainda que tenha sido formulado explicitamente somente no século XVIII, podemos encontrar seus sinais bem anes. Ele rompe com a ideologia dominante da divisão em estados, minada há muito pelo desenvolvimento do comércio e da indústria. A cada um conforme seu nascimento é substituído por um novo slogan; a cada qual segundo seu mérito pessoal e suas aptidões... (PETITAT,1994, p.5)

Assim, neste propósito o mesmo autor ainda ressalta que há envolvido uma contradição, que busca-se ressaltar uma igualdade de direitos em uma sociedade ressaltada por desigualdades de oportunidades. “E aqui se consta que a redução da desigualdade de oportunidades em uma sociedade desigual é o objetivo contraditório, que não consegue



oferecer mais do que compensações.” (PETITAT,1994 p.6)Partindo desse pressuposto que não há condições de desenvolver uma escola igual, numa sociedade desigual, mas que há necessidades de buscar essa igualdade, mesmo de forma utópica. A sociedade vem desenvolvendo ao longo da história, processos, políticas e práticas que permeiam neste contraste de promover uma escola a todos e que todos sejam sujeitos de uma escola que promovam um desenvolvimento integral.

A escola pública, o Banco Mundial e a Conferência de Jomtien, (1990); pressupostos

Segundo Libâneo (2012, p.16), “tem sido constante, nos meios intelectual e institucional do campo da educação, a constatação de um quadro sombrio da escola pública, o mesmo ainda acentua que estas análises apontam que a deterioração e ineficácia da escola é referente às medidas adotadas pelas políticas do MEC em consonância com o Banco Mundial. Chama-nos atenção para repensarmos os fatores expostos pela *Declaração Mundial sobre Educação Para Todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem* (Jomtien, 1990).

Para Libâneo,2012, esse documento acentua o dualismo da escola, pois na prática, suas ações reduzem a satisfação das necessidades básicas, por necessidades mínimas, indica o dualismo realçando uma escola assentada no conhecimento científico para ricos e uma escola assentada no acolhimento, na integração social, no assistencialismo e apoio às crianças, ou seja, uma escola para os pobres. Acentua ainda que esse documento ressaltou à escola para o acolhimento, creditando a escola como instituição responsável para combater a pobreza por meio de uma supervalorização de uma proposta, com discurso humanista.

Os trâmites neoliberais e a política educacional entre o Banco Mundial tiveram seus primórdios no Governo Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1995), explodiu nos governos FHC (Fernando Henrique Cardoso)durante seus dois mandatos, de 1995 a 2002. A partir dos anos 2003 a 2010, mesmo com mudanças gerais de governo, pois com a vitória do presidente Lula (PT), partido de esquerda, houve grandes mudanças na forma de conduzir o país em várias categorias, porém, na educação houve uma continuação e consolidação do sistema de ensino voltado para moldes econômicos, numa lógica de apresentar a educação e a



escola como responsáveis pelos problemas socioeconômicos, características neoliberais.

A justificativa dada para essa associação entre educação e mercado é ressaltada pela lógica da globalização e pelo mercado internacional. Para que o Brasil pudesse permanecer em meio às negociações, necessitava mudar seu quadro referente a níveis de escolarização e a taxas de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Nesse foco, a reforma educacional apresentava-se como acordo perfeito para atender as necessidades de negociação do Banco Mundial e atingir os setores educativos necessários. Segundo Evangelista(2012), vários foram os setores atingidos “a gestão dos sistemas de ensino, os currículos, os livros didáticos, a avaliação em larga escala, a formação docente, a legislação da área” (EVANGELISTA, 2012, p. 18).

Neste contexto, ocorre em Jomtien, na Tailândia, em 1990, a Conferência de Educação para Todos, que subsidiou o Plano Decenal de Educação para Todos (Brasil, 1993). Com proposta de utilizar a educação como condição fundamental para superar as desigualdades econômicas sociais. Neste fundamento, houve a elaboração e efetivação de vários programas que favorecessem tais objetivos e propostas que realçassem as finalidades das funções da escola neste intento. Propostas estas criticadas por Libâneo (2012), ressaltando que tais medidas realçaram um caráter assistencialista para a escola, pois minimizaram as pertinências aos conteúdos, facilitaram a entrada e permanência na escola, contudo esvaziaram-se os currículos, os quais passaram a ter caráter em valorizar as diferenças e a convivência. Escola passa a ser lugar de conviver, estar junto.

O Próprio Libâneo (2012) retrata que para uma leitura não crítica, o documento apresenta um conteúdo muito atraente, chegando a surpreender por suas intenções humanistas e democratizantes. Contudo, esconde suas primícias finalidades; facilitar o ingresso e permanência do aluno pobre na escola, sem, entretanto, propiciar a essa clientela condições reais para seja desenvolvida uma aprendizagem consistente.

A função da escola nos termos do documento de Jomtien, tem como premissa promover uma escolaridade que gera o dualismo, pois motivado por aspectos econômicos, empréstimos e ajustes estruturais, não prioriza a problemática da aprendizagem e da qualidade de ensino. Mas retrata diretrizes claras para propósitos de aumento do patrimônio dos pobres,



atenção à educação das massas, treinamento dos professores para bom desempenho e orientação para resultados.

O Banco está a desenvolver novas abordagens ao conhecimento para ajudar a orientar a reforma educacional. Novos instrumentos para avaliação e referencial do sistema (“ferramentas do sistema”) fornecerão análise detalhada das capacidades dos países num grande conjunto de áreas da política de educação, desde o desenvolvimento na primeira infância (ECD), avaliação dos estudantes e política dos professores à equidade e inclusão, educação terciária e desenvolvimento de competências, entre outros. [...] Além de ajudar o Grupo Banco Mundial a priorizar o seu apoio, este sistema de informação tornará mais fácil a aprendizagem Sul-Sul ao capacitar os países a enfrentar educacionais específicos para aprender de pessoas com sólido desempenho. (BANCO MUNDIAL, 2011, apud EVANGELISTA, 2013, p. 31)

A proposta exposta pelo Banco Mundial retrata a utilização da educação como um mercado emergente. E segundo a teoria de Libâneo, essas necessidades, contudo, como prioridade minimiza também a função social da escola. A escola tem sua função pedagógica, sua função de promover o desenvolvimento de capacidades intelectuais. Quando essas necessidades são subjugadas em segundo plano, a escola esquia-se de promover seu papel. Nóvoa(2009), afirma ser um grande equívoco imprimir ações assistencialistas a escola como se esses fossem suficientes;

Um dos grandes perigos dos tempos atuais é uma escola a “duas velocidades”: por um lado, uma escola concebida essencialmente como centro de acolhimento social, para os pobres, com uma forte retórica da cidadania e da participação. Por outro lado, uma escola claramente centrada na aprendizagem e nas tecnologias, destinadas a formar os filhos dos ricos. (NÓVOA, Antônio 2009 apud LIBÂNEO, 2012 p. 16)

Se uma das funções da escola proposta pelo documento é satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, é necessário compreender o conceito desses termos, contextualizando-os em nossa realidade. O que corresponde o básico? Compreende-se apenas saber ler e escrever, fazer contas? A satisfação dessas necessidades básicas corresponde a qual contexto histórico? Libâneo parafraseia-se Torres, para ressaltar que “as necessidades básicas de aprendizagem transformaram-se num pacote restrito e elementar de destrezas úteis para a sobrevivência e para as necessidades imediatas e mais elementares das pessoas” (TORRES, 2001, p.40 apud LIBÂNEO, 2012, p.18).



Neste enfoque, a função social da escola de promover uma aprendizagem significativa, oriunda de seu contexto, que permeie o científico, fica em segundo plano. Portanto, as funções docentes que deveriam ser mediadoras da aprendizagem, acabam se tornando assistencialistas. “O ensino se restringe a ações de apoio, reduzindo drasticamente o papel do professor na formação cognitiva dos alunos”(LIBÂNEO, 2012, p.18). Essa visão assistencialista, de descrédito à função do professor utilizada nos últimos vinte anos, também é analisada e criticada por Evangelista (2013):

A valorização do discurso da diferença aparece como estratégia de harmonização das relações sociais nos países pobres, como a esconder os conflitos sociais e as desigualdades entre grupos e classes sociais. Condenados a executar um currículo instrumental, os professores têm sua profissão banalizada e desvalorizada. (EVANGELISTA, 2013; p.61-62)

A falta de sobriedade educativa nas políticas econômicas/educacionais tem gerado sérios agravantes no processo de ensino-aprendizagem. Estas questões vêm atravessando historicamente o contexto educacional e não são responsabilidade apenas das políticas educacionais nos últimos vinte anos, pois a história ressalta quão grande eram os problemas de analfabetismo no Brasil. Gadotti (1997) retrata esse assunto no livro “*Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*”, onde faz uma crítica à educação burguesa, dividida em classes sociais, e tendo a escola a função de reproduzir essa divisão social. “A burguesia impõe aos operários e camponeses sua concepção de mundo e conserva unido esse bloco social, embora marcado por profundas contradições. Utiliza-se, para isso, da escola (Gadotti, 1997, p.64)”.

Entretanto, muda-se os discursos, muda-se as formas de fazer política, contudo mantém a educação como instrumento para se aclamar verbas e fazer contratos com cunho puramente econômicos.

A função social da escola sob uma visão dialético -crítica.

Essa teoria, consiste em afirmar-se como teoria crítica, correspondendo segundo os autores à classe do proletariado. É fundamentada em uma perspectiva que a escola promove as mudanças, sendo os conteúdos historicamente produzidos como um instrumento para



alcançar tais mudanças.

Libâneo (2012), em consonância com o pensamento de Saviani (2013), propõe nesta teoria a investigação de questões relacionadas ao ensino, problematizando a função da escola e os processos necessários para que a escola desenvolva seu papel, nestes processos estão inseridos o currículo, a ação pedagógica, a gestão e os conteúdos.

Para Saviani (2013), o conhecimento trabalhado no âmbito escolar necessita levar em conta o contexto dos problemas referentes à prática social, contudo esses problemas só poderão ser equacionados se o processo de ensino-aprendizagem propiciar aos alunos a apropriação de instrumentos que lhe permitam tal ação. Assim, para Libâneo (2012), a apropriação de conteúdos historicamente construídos é uma necessidade para que os alunos tenham condições de desenvolver-se intelectual e socialmente. Os conhecimentos como uma atividade prática, objetiva e social, permitem aos alunos produzir condições de enfrentamento a situações concretas e reais, promovendo assim uma emersão de sua situação atual.

A escola, embasada em uma perspectiva dialética crítica tem “a função preponderante de assegurar os meios para os alunos se apropriarem dos conhecimentos e assim, formarem um método teórico-conceitual de pensar e agir” (LIBÂNEO, 2015, p. 639). Contudo, essa apropriação não acontece desvinculada de um contexto histórico e social. Sendo de tamanha necessidade que a escola perceba-se nos seus agentes, que não se aceite como mera reprodução social ou atenda apenas a interesses políticos e econômicos, como tem ocorrido no seu histórico. Entretanto, que busque por meio de seu trabalho, promover a efetivação do saber. Saviani (2013), no livro “Histórias das ideias pedagógicas no Brasil”, faz referência à visão social crítica afirmada por Libâneo (2012):

Libâneo entende que, na pedagogia crítico-social dos conteúdos, o papel primordial da escola é difundir conteúdos vivos, concretos, indissociáveis das realidades sociais, sendo esse o “melhor serviço que se presta aos interesses populares”. E os conteúdos culturais universais que vieram a se constituir em patrimônio comum da humanidade, sendo permanentemente reavaliados à luz das realidades sociais nas quais vivem os alunos (SAVIANI, 2013, p. 419).

Essa teoria, faz uma severa crítica a proposta do Banco Mundial/MEC, por acreditar que a proposta promove a dualidade da escola ao articular interesses econômicos aos



educacionais, secundarizam as condições de aprendizagens sistematizadas dos alunos, resultando em aprendizagens diferentes para alunos ricos e alunos pobres.

Por sua vez, rivalizando-se a esta proposta, segundo Lopes e Macedo, (2011) os teóricos da educação social, contrapõe-se a esta teoria, alegando que com a super valorização de conteúdos, essa proposta corre o risco de separar a transmissão do conhecimento da produção, do conhecimento. Assim essa teoria crítica estaria promovendo o dualismo e o desconexo da aprendizagem. Uma vez que predomina a atenção aos conteúdos, não atentando para a necessidade de incluir o alunado menos favorecido, obstaculizando condições para que os mesmos sejam inseridos na escola, que deveria ser uma escola plural, aberta a todos.

Rebatendo a estas posições, Libâneo (2012) acentua que cabe à escola promover e ampliar o desenvolvimento psíquico dos alunos, desenvolvendo o processo mental e o crescimento também cognitivo, contribuindo a formação de seres humanos conscientes de seu valor e construtores no seu tempo histórico. Nessa lógica, retrata-se a função dos professores, agentes mediadores, ativos e portadores de conhecimentos pedagógicos-didáticos que assegure uma prática sólida, que acredita que a escola pode desenvolver sua função social, cumprir algumas missões sociais e assistenciais, contudo que apenas não acolha, mas que atenda de forma ampla; que respeite e valorize as diferenças, e que ensine, que prepare os alunos para uma vida em sociedade e construtores de saberes ativos e conscientes.

Afere que os professores devam realizar uma prática consciente, que percebam que toda ação educativa é intencional e que a escola está intimamente interligada a seu contexto social. E ensinar consiste em criar condições de prover aos alunos, sujeitos, respeitando as condições de sua classe social, a apropriação da cultura e da ciência acumulados historicamente como condição para o desenvolvimento integral.

Considerações finais

A Escola pública na sua história, sempre atendeu a interesses econômicos, entretanto se faz necessário acreditar que ainda poderá se tornar uma escola que atenda a todos, uma escola que não atenda a negociações econômicas, mas que seja uma escola segundo



Charlot(2005) que “faça funcionar, ao mesmo tempo, os dois princípios, o da diferença cultural e o da identidade dos sujeitos enquanto seres humanos...” (Charlot, 2005, P.136 apud LIBÂNEO, 2012 p.26). Assim, poderá tornar-se uma escola que vivencie justiça social, não somente por meio do acolhimento, mas necessariamente por meio do desenvolvimento de capacidades integrais. Acreditando que a escola tem essa função; trabalhar no desenvolvimento dessas capacidades. E tornar-se um lugar que promova a construção de saberes, e lute para que a igualdade não seja apenas políticas de compensação.

Referências

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS; satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtiem.,1990. UNESCO,1998.

EVANGELISTA, Olinda. **Qualidade da Educação Pública:** Estado e organismos multilaterais in, LIBÂNEO, José Carlos, SUANNO, Marilza Vanessa Rosa, LIMONTA, SANDRA Valéria- Qualidade da Escola Pública: Políticas educacionais, didática e formação de professores. CEPED, Goiânia.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação.** Um estudo introdutório. 10 ed. São Paulo, Cortez, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.38, n.1 p.13-28, 2012.

_____.**Formação de Professores e Didática para Desenvolvimento Humano.** Educação e realidade, Porto Alegre, v.40,n.2, p.629-650, abr./jun.2015.

LOPES,Alice Casimiro, MACEDO, Elizabeth. Teorias de Currículo. São Paulo: Cortez, 2011. SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil.** 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

PETITAT, André. **Produção da Escola Produção da Sociedade.** Análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Trad. GRUMAN Eunice. Artes Médicas, Porto Alegre, 1994.